

1.ª Conferência de Farmacoeconomia abordou financiamento e sistema hospitalar Medicamento tem sido «válvula de escape»

«O financiamento dos hospitais e a especificidade do medicamento» foi o tema da primeira sessão da 1.ª Conferência de Farmacoeconomia, que se realizou em Lisboa, no dia 17 de Outubro, organizada pela APAH. Na primeira comunicação, Pita Barros explicou a importância do atraso nos pagamentos de fármacos.

Abriu a mesa José Carlos Lopes Martins, da José de Mello Saúde – antigo secretário de Estado da Saúde da equipa de Paulo Mendo –, que, na introdução do tema da sessão, começou por lembrar o peso que o medicamento tem hoje no funcionamento dos hospitais, questionando o modo como se poderá continuar a fornecer medicamentos sem pôr em causa a sustentabilidade financeira dos hospitais.

«A questão essencial é: que esforços serão necessários para continuar a garantir a acessibilidade à inovação; dado que não parece exequível no contexto do país disponibilizar receitas adicionais?», interrogou-se o moderador da mesa, para quem é útil recordar «que, quando falamos de medicamentos, estamos a falar de 2% do PIB» português, num cenário em que, «não obstante o conjunto persistente de medidas de contenção», o «ritmo de crescimento anual da despesa em medicamentos é ainda de cerca de 10% ao ano».

Este crescimento, salientou, dá-se num contexto em que o mercado hospitalar representa 17% do consumo total de medicamentos, pesando nos custos de exploração destas unidades entre 15 a 20%, sempre «com taxas de crescimento da ordem dos dois dígitos». Ao mesmo tempo, sublinhou o antigo governante, trata-se de um «crescimento que encontra justificação na intensa inovação», com «fármacos que prolongam a vida com qualidade, com benefícios irrefutáveis, mas que vão impulsionar de uma maneira dramática os custos de funcionamento» dos hospitais, tudo questões que têm que ser pesadas na avaliação da situação.

Os atrasos de pagamento à IF pelos hospitais são, de modo consciente ou inconsciente, um «instrumento estratégico» usado pelos gestores dos hospitais, servindo como «válvula de escape do sistema». A observação foi feita pelo economista Pedro Pita Barros, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, que abordou o tema «O financiamento dos hospitais portugueses e a gestão da saúde das populações».

Falta de fundos

«Em geral, há falta de fundos para os hospitais» e, no entanto, estes «não ameaçam fechar, nem deixam de pagar aos funcionários», salientou este orador, que notou que, perante as dificuldades financeiras nos hospitais, «o que acontece são os atrasos de pagamento à IF». Atrasos de pagamento esses que são, mais tarde, «quando o valor se torna elevado», pagos por via de «um orçamento rectificativo», que deste modo acaba por ter «efeitos perniciosos» sobre a despesa.

O professor de economia da UNL questionou que uma maior eficiência no uso do medicamento no hospital pudesse, por si só, ser suficiente para resolver os problemas do financiamento. Isto porque, realçou, no actual ambiente, «o medicamento não tem só efeitos em termos de eficiência, mas também tem efeito como instrumento para reagir», servindo como instrumento de gestão. Este uso estratégico da despesa com medicamentos poderá ser avaliado na relação entre a capacidade que cada hospital tem para gerar dívida e os resultados desse mesmo hospital; ou seja, sabendo se, de facto, os hospitais que têm «mais dificuldades orçamentais são aqueles que geram mais dívida».